

Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

**O Município Português  
na História, na Cultura  
e no Desenvolvimento Regional**

Actas do Colóquio realizado na Universidade do Minho  
nos dias 4 e 5 de Junho de 1998  
no âmbito do Projecto PRAXIS XXI

BRAGA – 1998

# O Arquivo Distrital de Braga e as Câmaras Municipais do Distrito Mais de uma década de cooperação arquivística

---

por Armando B. Malheiro da Silva\*

*A todos os colegas que ajudaram  
a criar e a lutar por um sonho...\*\**

A presente comunicação não pode ser vista, em rigor, como um balanço exaustivo da vivência concreta de um projecto, embora um dos objectivos que aqui nos anima é evocar os momentos mais significativos e os resultados mais marcantes de uma experiência de cooperação arquivística, sem dúvida pioneira e bastante solitária quando arrancou em 1988. Importa, por isso, seguir-lhe as fases evolutivas e só depois se torna viável traçar algumas perspectivas possíveis para o futuro imediato.

## 1. DAS “ORIGENS” ATÉ 1995

O *Projecto Integrado de Organização dos Arquivos Municipais do Distrito de Braga*<sup>1</sup> foi, inicialmente assumido como um mero *Roteiro das Fontes da Administração Regional e Local do Distrito de*

---

<sup>(\*)</sup> Assistente de Investigação da Universidade do Minho, Docente de Arquivologia no Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenador do Núcleo de Apoio aos Arquivos Municipais (N.A.M.) do Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.), Unidade Cultural da Universidade do Minho.

<sup>(\*\*)</sup> Este projecto de cooperação arquivística teve rostos no “terreno” que figurarão para sempre testemunhos de indelével empenhamento e entusiasmo: as Dr<sup>as</sup> Manuela Cunha, Paula Cristina, Maria João Calheiros e Dr. Daniel Ribeiro. Não pode também ser esquecido o apoio prestado, desde a primeira hora, pela Responsável do A.D.B., Dr<sup>a</sup> Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos.

<sup>1</sup> Designação que serviu de título à comunicação apresentada durante o 2º Encontro Nacional de Arquivos Municipais realizado em Montemor-O-Novo de 23 a 24 de Novembro de 1988 e promovido pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Ver CUNHA, Manuela Maria Faria da e SILVA, Armando B. Malheiro da — Projecto integrado de organização dos arquivos municipais do distrito de Braga. *Uma experiência regional*, in *Encontro (2º) Nacional de Arquivos Municipais. Montemor-O-Novo, 23, 24 e 25 de Novembro de 1988. Actas*. Lisboa: B.A.D., 1992, p. 41-62.

Braga, programado para dois anos de trabalho intensivo e concebido como uma espécie de recenseamento (a ideia seria mais tarde glosada a nível governamental através do *Inventário do Património Cultural Móvel - Bibliotecas e Arquivos*<sup>2</sup>, ainda em curso) de toda a “documentação histórica” existente no Governo Civil de Braga e em cada Câmara Municipal, tivesse ou não procedência exclusiva das respectivas instituições como era o caso das Juntas de Paróquia ou das Administrações do Concelho<sup>3</sup>. A sua justificação legal acha-se no decreto-lei nº 143/83 de 5 de Abril em cuja alínea c) do artº 2º se dispunha caber aos Arquivos Distritais promovessem “todas as diligências junto das câmaras municipais e de outras entidades regionais ou privadas na posse de fundos documentais com valor cultural para que estes sejam convenientemente conservados e tratados arquivisticamente, segundo regras uniformes de inventário, classificação e indexação a definir pelo Instituto Português do Património Cultural”. A lei fixava, assim, uma indiscutível intervenção técnica de âmbito local e regional que não foi até hoje revogada e continua, em nossa opinião, a fazer pleno sentido, não obstante e apesar da existência de organismos de coordenação arquivística nacional, como o extinto Instituto Português de Arquivos, criado precisamente em 1988, ou o actual Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

A iniciativa do *Roteiro* surgiu, pois, no seio do Arquivo Distrital de Braga, Unidade Cultural da Universidade, situado, por este facto, institucionalmente fora da dependência que os restantes Arquivos Distritais (à excepção do Arquivo da Universidade de Coimbra mantinham em relação ao também já extinto I.P.P.C. e através deste ao Ministério da Cultura.

<sup>2</sup> Ver no que especificamente respeita às “entidades detentoras de fundos arquivísticos” INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUIVOS — *Projecto Inventário do Património Cultural Móvel. Fundos arquivísticos. Guia de planeamento*. Lisboa: I.P.A., 1991.

<sup>3</sup> Para se cumprir tal desiderato foi pensado elaborar um “esquema classificativo, ao mesmo tempo abrangente e eficaz”, além de resenhas histórico-institucionais de cada concelho acrescidas de bibliografia dos estudos monográficos produzidos ao longo dos anos e ainda a inclusão no primeiro volume (o *Roteiro* seria publicado em vários volumes visto englobar inventários da documentação de todos os Arquivos Municipais) de “estudo sobre o processo evolutivo da orgânica municipal entre o ocaso do Antigo Regime e a alvorada do século XX, feito por um especialista em História da Administração Portuguesa” (Cf. CUNHA, Manuela Maria Faria da e SILVA, Armando B. Malheiro da — *Projecto integrado de organização dos arquivos municipais do distrito de Braga. Uma experiência regional*. in ob. cit., p. 45).

Bem acolhida pelas treze Câmaras Municipais do distrito, após difíceis negociações com alguns Presidentes e Vereadores do Pelouro da Cultura, foi, ao invés, rejeitada pelo Governador Civil que decidiu não contribuir financeiramente para o projecto, alegando que uma parte substancial da documentação desse órgão delegado da Administração Central tinha sido incorporada, já havia algum tempo, no A.D.B. não considerando, por isso, prioritária qualquer intervenção arquivística no acervo documental remanescente.

A adesão das Câmaras Municipais traduziu, na prática, a vontade, se bem que ténue e incipiente, de alterar uma longa e aguda negligência em relação ao seu acervo documental materializada num abandono chocante, numa irreversível degradação e deterioração do suporte papel e num amontado de “papéis” juntos com os mais diversos matérias, inclusivé inflamáveis, em espaços húmidos e inóspitos tais como caves e sotãos. E acrescia a isto a impossibilidade de localizar e recuperar a informação “despejada” nesses espaços.

Um rápido diagnóstico da situação permitiu verificar que só em Braga, em Guimarães, em Cabeceiras de Basto e em Vila Nova de Famalicão havia um Serviço de Arquivo com espaço próprio e algumas condições de resposta às solicitações internas e externas. Mas mesmo nesses casos impunha-se uma intervenção de fundo que levasse à melhoria do espaço e a uma implementação efectiva e extensiva do Sistema de Informação / Arquivo que envolvesse também os “sectores orgânico-funcionais” produtores/receptores administrativos de informação.

As necessidades detectadas acabaram por provocar uma mutação na natureza do projecto, explicada, alguns meses após o seu arranque operacional, do seguinte modo:

Grças à um esquema de identificação das séries, entretanto elaborado com base na listagem anexa à Portaria nº 503/86 de 9 de Setembro, pudemos dotar todos estes Arquivos de um instrumento uniforme, se bem que provisório e imperfeito, quer para a exploração criteriosa dos espólios, no caso de estarem desorganizados, quer para se obter a necessária homogeneização classificativa, a partir dos (poucos) já convenientemente tratados.

Apesar da impossibilidade real de assumirmos as tarefas práticas de organização exigidas por cada Arquivo, procuramos acompanhar de perto o

A primeira apresenta-se como sendo o local apropriado para a análise e debate de todas as questões arquivísticas implicadas no processo de organização em curso, processo esse que já não se centra apenas no *Histórico*, mas abrange também, obrigatoriamente, o *Administrativo* (corrente e intermédio). Tem ainda carácter efectivo e duradouro, cumprindo uma função eminentemente técnica. A sua coordenação fica a cargo dos Responsáveis pelo G.A.M.P.O. e a sua composição assenta no pessoal administrativo mais qualificado das treze Câmaras do distrito (um Chefe de Repartição, Divisão ou Departamento Administrativo) e no pessoal técnico de Arquivos (de preferência BAD — Técnicos Superiores ou Técnicos Auxiliares — e também na proporção de um por Aularcas). Temos, assim, nitidamente perfilados dois grupos: os dos Administrativos e o dos Técnicos BAD — da sua interacção e competência profissional resultará a maior ou menor eficácia do sistema normativo introduzido na Rede local.

O Conselho de Aularcas é, por seu turno, composto pelos Presidentes, ou seus legítimos representantes, das treze Câmaras Municipais do distrito e é convocado pela Coordenação do G.A.M.P.O. a fim de deliberar acerca das chamadas "matérias políticas".

— discutir e aprovar Contratos/Protocolos de Cooperação (interna ou externa), sem bairrismos primários, antes com verdadeiro espírito associativo; — estabelecer os critérios e esquemas práticos de financiamento das acções e programas propostos pelo G.A.M.P.O. e

— apreciar periodicamente o trabalho desenvolvido, introduzindo as correcções e/ou compensações necessárias\*

Fixada esta estrutura, não tardou a efectivar-se a sua operação-nalização e dar ter-se realizado em 11 de Julho de 1988 a primeira reunião da Comissão Técnico-Científica que teve por principais pontos da agenda o *Roteiro das Fontes dos Arquivos da Administração Regional e Local do Distrito* (avaliação geral do processo e escolha de uma data para a saída do primeiro volume), a análise dos quadros que representavam, a vários níveis, a situação em que os Arquivos Municipais do distrito se encontravam e várias questões técnico-administrativas e arquivísticas como a execução da portaria nº 503/86, a articulação orgânica entre os *arquivos correntes* e os *históricos ou definitivos*, a análise de todos os quadros de classificação dos Arquivos *correntes* das treze Câmaras Municipais e ainda a delimitação das séries documentais nos Arquivos *definitivos* com a elaboração urgente e rigorosa das respectivas listagens.

\* Cf. CUNHA, Manuela Maria Faria da e SILVA, Armando B. Malheiro da — Projecto integrado de organização dos arquivos municipais do distrito de Braga. Uma experiência regional, in: ob. cit., p. 49-50.

modo como os funcionários do Quadro (fossem ou não Técnicos-Auxiliares BAD), os OT's e/ou os ATD's iam seguindo o *esquema* adoptado, mediante visitas periódicas e atendimento telefónico.

Ao cabo de seis meses de apoio técnico intensivo vimos-nos cccrados não apenas por problemas de ordem arquivística, decorrentes da aplicação do referido *esquema* e da natureza complexa de certas séries, mas também por outros de carácter infraestrutural (instalações, equipamentos...) que urge sem demora equacionar (...)

Face ao avolumar dos problemas infraestruturais, cada vez mais evidentes e importantes, e à nossa subsequente incapacidade de resposta, sentim-nos impelidos a repensar a natureza do projecto "Roteiro" e a avaliar melhor o vector *recursos*. É no princípio de Julho [de 1988] submetemos o processo desenvolvido até aí a um profundo balanço crítico"

As conclusões desse balanço apontaram num sentido claro e simples: a já então muito proclamada Rede Nacional de Arquivos tinha forçosamente que contar com os Arquivos Distritais ou Regionais, cujo conteúdo funcional havia sido fixado pelo decreto-lei 149/83, a fim de ser assegurada a "coordenação e execução de uma política arquivística integrada" conforme ao estabelecido pelo decreto-lei 152/88 de 29 de Abril que criou o I.R.A. À luz destes pressupostos o *Roteiro*, embora sendo um objectivo útil e premente, ficara ultrapassada do por outro mais amplo e essencial: investir na "institucionalização" da tendência coordenadora do A.D.B. relativamente a todos os outros arquivos localizados no respectivo distrito, emergindo à desde logo os concelhos/municipais. Surgiu, assim, como alternativa prioritária o *Gabinete de Apoio aos Arquivos Municipais, Particulares e Outros* (G.A.M.P.O.) vocacionado para lançar, a nível local ou regional, as malhas da almejada Rede Nacional de Arquivos.

Concebido dentro da estrutura organaccional do A.D.B. o G.A.M.P.O. arrancou em torno da área dos Arquivos Municipais consubstanciada no *Núcleo de Apoio aos Arquivos Municipais* (N.A.M.), subdividido, por sua vez, na Comissão Técnica Consultiva e no Conselho de Aularcas:

\* Cf. CUNHA, Manuela Maria Faria da e SILVA, Armando B. Malheiro da — Projecto integrado de organização dos arquivos municipais do distrito de Braga. Uma experiência regional, in: ob. cit., p. 47-48

Entretanto, foi também concebido e minutado o texto de um primeiro *Protocolo de Cooperação entre a Universidade do Minho/A.D.B. e as treze Câmaras Municipais do Distrito* (ver Anexo 1), texto que veio a ser apresentado e discutido em 7 de Outubro de 1988 na primeira reunião do Conselho de Autarcas.

Nesse importante “acto” fundador do projecto fôï assumida, por parte do A.D.B./G.A.M.P.O. e os três anos imediatos, a montagem de uma rede informática única que possibilitasse o *interface* dos Arquivos Municipais entre si e deles com o A.D.B., em conexão directa com o sistema nacional, cujo vértice se situava no I.P.A., a formação contínua através de cursos e seminários destinados em primeiro lugar para o pessoal administrativo e técnico das Câmaras envolvidas, a divulgação dos instrumentos de pesquisa respeitantes a cada Arquivo e de algumas espécies documentais passíveis de grande interesse local e regional, e ainda o empenhamento em inovadoras actividades de animação cultural. Por parte das Câmaras Municipais ficaram asseguradas, *in loco*, as condições básicas indispensáveis a uma eficaz intervenção técnica do A.D.B. Graças ao apoio financeiro dos Municípios foi possível ao A.D.B. financiar o trabalho de “campo” de duas Técnicas Superiores (uma delas habilitada com o Curso de Especialização em Ciências Documentais ministrado, então, nas Faculdades de Letras das Universidades do Porto, de Coimbra e de Lisboa), enquanto não se conseguia efectivar a contratação pela U.M. de Técnicos Superiores BAD destinados a desenvolver trabalho interno no A.D.B e externo através do G.A.M.P.O./N.A.M. Este desiderato, porém, nunca chegou a ser concretizado e isto explica algumas graves limitações actuais do projecto de cooperação arquivística lançado em 1988.

Não obstante essa e outras vicissitudes de percurso a cooperação fez a sua marcha e pode dizer-se que o triénio decorrido entre 1989 e 1991 foi particularmente intenso e rico de iniciativas marcantes e modificadoras do panorama arquivístico municipal no âmbito geográfico e político-administrativo do distrito de Braga. A rápida enumeração das acções mais relevantes comprova, sem dúvida, a afirmação feita:

- a) Colaboração, ainda que crítica e pouco aproveitada, na elaboração e debate do Quadro de Classificação dos Arquivos Municipais proposto pelo ex-I.P.A. e sua implementação “no terreno” apesar das inúmeras dificuldades práticas surgidas devido ao carácter anacrónico e rígido desse instrumento classificativo;
- b) Trabalho intensivo de intervenção directa em todos os espaços físicos municipais onde se acumulavam maços de documentos, livros, embrulhos e caixas à mistura com objectos os mais diversos e alguns particularmente inflamáveis, tendo sido possível distinguir “o trigo do joio” e iniciar um irreversível processo científico-técnico de (re)ordenação e (re)organização arquivísticas;
- c) Intervenção directa materializada num total aproximado de 637 deslocações aos referidos locais de trabalho arquivístico, durante as quais os Técnicos do N.A.M./A.D.B. puderam prestar sózinhos e/ou acompanhados por pessoal das Câmaras um contributo decisivo na (re)organização e na formação arquivística permanentes;
- c) Assessoria técnica e acompanhamento da reinstalação em condições físicas aceitáveis dos Arquivos Municipais de Celorico de Basto, de Barcelos, de Amares, de Esposende, de Póvoa de Lanhoso e de Terras de Bouro, bem como na melhoria dos espaços existentes o Arquivo Municipal Alfredo Pimenta de Guimarães, de Fafe, de Vila Nova de Famalicão, de Vieira do Minho, de Cabeceiras de Basto e, ao nível de sugestões pontuais, o de Braga; e
- d) Organização e realização em Braga do 1º Curso de Técnicos Auxiliares de Arquivo, sob os auspícios da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (B.A.D.), destinado à formação de funcionários de algumas das Câmaras Municipais envolvidas e de potenciais especialistas a empregar na área da arquivística municipal do distrito, sendo de registar a participação efectiva de funcionários das Câmaras de Amares, de Braga, de Celorico de Basto, de Fafe, de Guimarães, da Póvoa de Lanhoso, de Terras de Bouro, de Vieira do Minho e de Vila Nova de Famalicão, que tiveram, então, a oportunidade de receber habilitação profissional e subsequente acesso à carreira profissional B.A.D. nos termos fixados pela legislação vigente.

A par destas grandes acções desenrolaram-se e ensaiaram-se outras tendentes a alargar e aprofundar o âmbito e o alcance da cooperação técnica posta em funcionamento. E na sequência dos esforços desenvolvidos foi possível manter o “*élan*” inicial, apesar das dificuldades surgidas e acima afloradas e da crua constatação de alguns fracassos, nomeadamente a interrupção definitiva dos trabalhos da Comissão Técnico-Científica quer por indisponibilidade de tempo de vários dos seus membros, quer por algum esvaziamento face à “imposição” do Quadro de Classificação do ex-I.P.A. que essa Comissão se dispusera a discutir, alterar e elaborar uma alternativa aplicável a todas as Câmaras Municipais do distrito. A ingénua aceitação do modelo imposto, sob pena de se obstruir, então, o princípio da normalização evocado leviana e centralisticamente, fez abortar uma experiência saudável e frutuosa que não pode deixar de ser retomada de Norte a Sul do país com o indispensável apoio do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, dos Arquivos Distritais e dos Arquivos Municipais melhor preparados para participarem, em pé de igualdade, no relançamento de uma lógica descentralizadora e fecunda de rede arquivística.

A estrutura G.A.M.P.O. perdeu, também, operacionalidade, concentrando-se a energia dos escassos recursos humanos e técnicos disponíveis no N.A.M., sobrevivente estrénuo e herdeiro natural de uma fase impulsionadora ímpar.

Concluído o triénio referido outro se iniciou em 1992 com a renogicação em 23 de Abril (ver Anexo 2) e já só com onze Câmaras<sup>6</sup> do Protocolo de Cooperação de 11 de Novembro de 1988 e com um conjunto significativo de iniciativas expresso no *Relatório de Actividades* relativo a Abril-Dezembro de 1992, que pode ser visto, igualmente, como um balanço do trabalho até aí concretizado:

<sup>6</sup> As Câmaras Municipais de Guimarães e de Fafe por razões algo diferentes excluíram-se do processo de cooperação iniciada em 1988, tendo aquela contratado um Técnico Superior de BAD para dirigir a Biblioteca Municipal e o Arquivo Municipal, dotado desde a década de trinta do privilégio de incorporar documentação notarial, do registo civil, judicial e outra de âmbito concelhio além de tomar a iniciativa de um protocolo directo com o ex-I.P.A.

#### Acções realizadas

A organização elementar dos fundos arquivísticos foi concluída em quase todas as Câmaras Municipais, pese embora uma ou outra tarefa em vias de ser ultimada: em Barcelos falta organizar a documentação de idade intermédia depositada numa das torres do edifício dos Paços do Concelho e em Braga está a decorrer, com alguma dificuldade e lentidão, a mudança de igual tipo de documentação das Parretas para o Póculo. Num total de onze Câmaras restam, apenas, duas — Terras de Bouro e Vieira do Minho — onde decorre todo o processo organizativo.

Foi elaborada e submetida a discussão técnica uma Proposta de Regulamento para Arquivos Municipais que se destina a ser aplicada no distrito, mediante a aprovação em Assembleia Municipal de cada uma das respectivas autarquias.

A par do processo organizativo acima referido a Lic.da Maria João Calheiros desenvolveu uma original e profícua pesquisa arquivológica centrada nas séries dos Expostos existentes nos Arquivos Municipais de Braga, de Barcelos e de Celorico de Basto, prevendo-se a publicação consecutiva dos resultados no próximo ano.

Foi dada toda a atenção aos chamados Arquivos Correntes e neste sentido ensaiou-se uma intervenção que poderá generalizar-se com o apoio do pessoal administrativo das Câmaras Municipais: elaborou-se um Quadro Classificativo a aplicar em Amares.

Retomou-se a ideia de uma publicação regular voltada para os temas e problemas da realidade autárquica, tendo-se concebido e preparado a criação dos *CADERNOS DE ESTUDOS MUNICIPAIS* (ver Anexo 3).

Face ao repto lançado pelo Professor Doutor Vítor Aguiar e Silva, Vice-Reitor da Universidade do Minho, no sentido da cooperação A.D.B./N.A.M. e Câmaras Municipais poder originar a curto prazo infraestruturas de interesse mútuo, estudou-se a criação de um CENTRO DE CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO para material bibliográfico e arquivístico.

Os arquivistas ligados ao N.A.M., Lic.dos Armando Malheiro da Silva e Maria João Lopes Calheiros participaram em 3 e 4 de Junho nas IX Jornadas de Archivos Municipales, realizadas em Argada del Rey (Comunidad de Madrid) e subordinadas ao tema *El Reglamento del Archivo Municipal. Estudios e Propuestas*, tendo-se dado início a um frutuoso e promissor intercâmbio técnico com os colegas espanhóis.

Havia, de facto, razões para algum optimismo, sobretudo porque havia ainda a base mínima indispensável ao nível dos recursos humanos e os resultados concretos no “terreno” eram animadores. As novas iniciativas lançadas mostraram, por sua parte, oportunidade e consistência e daí que no *Relatório* do ano seguinte fosse possível anunciar, entre outras realizações, a continuação do processo organizativo em Barcelos, Braga, Terras de Bouro e Vieira do Minho; a eficácia até esse momento verificada no acompanhamento da aplicação do Re-

gulamento-tipo discutido e aprovado por todas as Câmaras Municipais subscritoras do Protocolo de 1992; a preparação da transferência de documentação das antigas instalações dos Arquivos Municipais de Amares, Esposende e Vila Verde para novos espaços criados sob a supervisão técnica do N.A.M.; a elaboração dos planos de curso para acções de formação destinadas a pessoal técnico-administrativo das autarquias do distrito e realizadas no âmbito de um projectado protocolo com a ADERE-MINHO que acabou por não vingar; a edição do anunciado e esperado número I dos CADERNOS DE ESTUDOS MUNICIPAIS; e a enumeração de acções de valorização profissional e de participação em encontros técnico-científicos dos arquivistas ligados ao N.A.M., mais precisamente o III Encontro Nacional de Arquivos Municipais, organizado pela B.A.D. em conjunto com os Arquivos Municipais Alfredo Pimenta de Guimarães e Municipal de Viana do Castelo, tendo decorrido nas duas cidades de 24 a 26 de Junho de 1993, e no qual foi apresentada a comunicação *O Regulamento do Arquivo Municipal*<sup>7</sup> — desenvolvida e adaptada depois para inaugurar a secção *Arquivística* do nº 1 dos CADERNOS (ver Anexo 4).

No *Relatório* respeitante às actividades desenvolvidas em 1994 pode ver-se que a (re)organização elementar dos Arquivos com início em 1988 foi dada por concluída em quase todas as Câmaras Municipais, embora houvesse objectivos por cumprir: em Barcelos faltava organizar a documentação de idade intermédia depositada numa das torres dos Paços do Concelho e em Braga prosseguia a transferência de documentação das Parretas para o Pópulo. Havia sido também intensificado o processo de reaproximação às Câmaras Municipais de Guimarães e de Fafe, tendo chegado a ser redigida uma minuta de protocolo de cooperação específica até hoje perdida ou esquecida nos “gabinetes”...

A aprovação do Regulamento-tipo prosseguira em bom ritmo nas Câmaras Municipais, faltando, no final de 1994, ser aprovado pelas Assembleias Municipais de Esposende, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Terras do Bouro.

<sup>7</sup> Ver CARVALHO, Maria João Calheiros de e SILVA, Armando B. Malheiro da — O Regulamento do Arquivo Municipal, in *Actas III Encontro Nacional de Arquivos Municipais. Arquivos Municipais: Identidade Local na Europa das Regiões*. Viana do Castelo: B.A.D., 1994, p. 54-66.

A ideia de elaborar prospectos informativos com a designação de GUIA DO ARQUIVO nasceu aplicada ao caso de Vila Verde, tendo sido agendados logo outros como Amares, Braga, Barcelos, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Póvoa de Lanhoso, mas até hoje ficou “congelada” por falta de tempo para a sua concretização metódica. Arrancou, mas foi logo suspensa após três reuniões e por manifesta indisponibilidade dos seus membros foi a acção do Grupo de Trabalho composto por técnicos administrativos e por arquivistas municipais do distrito de Braga e de fora dele (um de Esposende, outro de Vila Nova de Famalicão, outro de Guimarães, outro de Vila Nova de Gaia e outro de Viana do Castelo) e encarregue de proceder a um estudo sistemático e rigoroso da organização municipal para que à luz dos resultados obtidos se pudesse repensar, em definitivo, o ainda vigente “Quadro de Classificação” do ex-I.P.A.

Com alguma “pompa e circunstância” decorreu, a 23 de Novembro de 1994 no Museu Nogueira da Silva, o lançamento público do nº 1 dos CADERNOS DE ESTUDOS MUNICIPAIS (ver Anexo 4), cuja edição se ficou, por um lado, a dever ao decisivo patrocínio do Montepio Geral - Caixa Económica mediante protocolo celebrado com a Universidade do Minho/A.D.B. e, por outro, ao empenho conjunto da Responsável do A.D.B., por inerência Coordenadora da revista, e de uma Comissão Científica<sup>8</sup> responsável pelo seu conteúdo.

Em 1995 terminou a vigência da cláusula do Protocolo de Cooperação que prolongava por dois anos a subvenção das Câmaras Municipais a fim de ser assegurado o salário da Técnica Superior do N.A.M. que manteve, em colaboração estreita como respectivo Coordenador, o processo organizativo em curso e as outras iniciativas agendadas nos referidos planos de actividades. Não tendo sido auto-

<sup>8</sup> Começou por ser composta pelos seguintes membros: José Viriato Capela, Professor do Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho; António Cândido de Oliveira, Professor da Escola de Economia e de Gestão; e Armando Malheiro da Silva, Assistente de Investigação da Universidade do Minho e Coordenador do N.A.M. A partir do nº 2/3 ingressou na Comissão o Professor Manuel da Silva e Costa, do Instituto de Ciências Sociais. E mais tarde, no nº 7, com a inclusão da rubrica *Economia Local*, esta ficou representada na Comissão pelo Professor José Cadima Ribeiro, da Escola de Economia e Gestão. A Coordenação da edição da revista está desde o nº 1 a cargo da Dr<sup>a</sup> Maria Assunção Jacome de Vasconcelos, Responsável pelo A.D.B.

rizada superiormente a abertura de vaga de Técnico Superior de Arquivo no A.D.B., o que a concretizar-se resolveria a falta de financiamento externo para pessoal, a actividade do N.A.M. entrou em acentuado e grave refluxo, baixando significativamente o número das iniciativas relatadas para esse ano e reduzidas a um mínimo preocupante: recolha de dados sobre organização municipal, sensibilização das autarquias para a aquisição dos exemplares do nº 1 dos CADERNOS, preparação do nº 2/3 ainda com o patrocínio do Montepio Geral e campanha junto das Câmaras subscritoras do Protocolo de Cooperação renegociado em 1992 para que dotassem os Arquivos de pessoal exclusivo e o valorizassem profissionalmente.

## 2. PRESENTE E FUTURO

A partir de 1995 o N.A.M. sofreu uma forte quebra na sua capacidade de intervenção e de mobilização do projecto que até então tinha conseguido impulsionar. Muito dependente da reduzidíssima disponibilidade prática do seu Coordenador, cada vez mais sujeito a compromissos académicos inadiáveis, voltou em 1996 a limitar as suas acções à publicação, com atraso, de novos números dos CADERNOS — o 4/6, o 7 e o 8, ainda no prelo... —, à divulgação dos números publicados e a uma intervenção pontual e solicitada por algumas Câmaras Municipais, designadamente Póvoa de Lanhoso, Celorico de Basto e Vieira do Minho.

Sob o efeito de tais constrangimentos se chegou ao momento presente, pouco satisfatório em termos de resultados concretos, mas nem por isso desolador. É que a cooperação há mais de dez anos concebida e implementada no dia a dia deixou marcas fundas, criou necessidades e condições básicas enraizadas no “terreno” e prontas a serem reactivadas, melhoradas e/ou desenvolvidas. As dificuldades indesmentáveis de um passado próximo não estiolaram a vontade de prosseguir no presente e a abertura de melhores perspectivas para o futuro imediato.

Nota de um optimismo realista confirmado a nível nacional pela reanimação de políticas arquivísticas filiadas no impulso coordenador que o ex-I.P.A. nos finais de oitenta procurou instaurar. Agora é o

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo que, após alguns anos de inércia e de práticas do mais anacrónico historicismo, parece querer assumir as suas responsabilidades fixadas na sua Lei Orgânica (decreto-lei nº 60/97 de 20 de Maio) e acaba de lançar publicamente o PARAM, programa de apoio à rede dos Arquivos Municipais, que encontra justificação legal no decreto-lei nº 16/93 de 23 de Janeiro sobre o regime geral dos arquivos e do património arquivístico e significa um salto qualitativo na intervenção do Estado junto dos “arquivos não dependentes”:

Com o PARAM surge pela primeira vez um programa capaz de disponibilizar junto da administração local um apoio não só técnico como também financeiro, vocacionado exclusivamente para a promoção da qualidade dos arquivos na sua dupla dimensão, administrativa e cultural.

Cabe agora às autarquias demonstrar que efectivamente reconhecem nos seus arquivos um recurso da sua actividade administrativa e um fundamento da memória colectiva, dotando-os de condições materiais e recursos humanos que lhes confirmem dignidade, proporcionem adequado tratamento e garantam o direito de acesso que a lei prevê.

O PARAM existe para apoiar cada Município nestas tarefas, nomeadamente quando haja garantias de que os programas específicos que co-financia não resultem em intervenções circunstanciais, mas antes se integrem num amplo projecto de tratamento e gestão do Arquivo Municipal e de integração do mesmo na Rede Nacional de Arquivos.

Assim, cada Município deve conceber um programa próprio de gestão integrada do seu sistema de arquivo, considerando as especificidades da sua própria organização e da documentação que possui/produz, por forma a garantir articulação e continuidade entre todas as acções que, vertical e transversalmente, vão sendo implementadas<sup>9</sup>

São genericamente estes os princípios gerais de uma iniciativa que inscreveu como seus objectivos específicos criar condições adequadas à instalação dos Arquivos Municipais de todo o país e promover o “correcto tratamento dos seus fundos”, através da comparticipação financeira e/ou apoio técnico a acções desenvolvidas no âmbito da área das Obras -construção de raiz ou adaptação de instalações; dos Equipamentos básicos-estantes e mobiliário; da Preservação-soluções

<sup>9</sup> Cf. INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO — Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM). Lisboa: I.A.N./T.T., 1998, introdução.

de controlo ambiental; da Organização e descrição-soluções informáticas para gestão integrada de arquivos e descrição/comunicação de arquivos definitivos; da Transferência de suporte -equipamentos de digitalização ou de microfilmagem; e da Formação - acções organizadas pelo IAN/TT nos *Serviços Centrais e/ou Arquivos Distritais*, em colaboração com outras entidades (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, Associação Nacional de Municípios, Comissões de Coordenação Regional, Escolas Profissionais, etc.). De momento, porém, a referida comparticipação financeira foi mínima em proporção com o número e as expectativas das candidaturas logo surgidas. Mas este desajuste natural pode, julgamos, ser corrigido nos próximos anos, sob pena do PARAM perder toda a almejada eficácia e credibilidade.

Não é aí, portanto, que radica a nossa principal preocupação. É antes na coordenação do Programa que, em nossa opinião, não pode confinar-se ao empenhamento, sem dúvida meritório do IAN/TT, mas envolver também outros pólos decisivos para o êxito de tão importante iniciativa. E desde logo convém não esquecer o papel que os Arquivos Distritais podem jogar neste processo se para tal forem dotados de maiores meios humanos, técnicos e financeiros. Referimo-nos a todos os Arquivos Distritais, incluindo nesta totalidade os Arquivos da Braga e de Coimbra, ambos integradas nas respectivas Universidades públicas locais. No que concerne, aliás, ao A.D.B./U.M. afigura-se-nos urgente a celebração de um protocolo através do qual o Ministério da Cultura (entidade responsável pelo IAN/TT) acorde com o Ministério da Educação (entidade tutelar da U.M.) um esquema de financiamento destinado a suportar as despesas que a Universidade vem fazendo com as suas Unidades Culturais. A dotação de pessoal técnico superior do A.D.B./U.M. é quase nula pela superação de tão graves falha passa, afinal, a continuidade do N.A.M. e o renascimento da cooperação técnico-científica na área distrital.

A par desse tipo de acordos de fundo urge estabelecer entre o ADB e o IAN/TT um protocolo específico de cooperação técnico-científica.

Ao IAN/TT deve interessar, apesar da velha e persistente tendência centralista, a aposta nas potencialidades descentralizadoras dos pólos distritais da Rede Nacional de Arquivos, como também não deve alhear-se do relevantíssimo contributo que as Universidades portuguesas, onde se ministram Cursos de Pós-Graduação em Ciências Documentais e/ou em Ciências da Informação, podem prestar ao processo global de coordenação arquivística. A renovação teórica que aí está, finalmente, a emergir tenderá a superar a perspectiva tecnicista ainda dominante, cada vez mais repleta de contradições e de resultados infelizes. Urge, portanto, facilitar o desenvolvimento do paradigma científico, instalando-o no seio das organizações encarregues de políticas de coordenação tanto nacional, como local. E nesta medida há que contar ainda com os Arquivos Municipais, alguns dos quais possuem meios humanos, financeiros e técnicos excelentes, cabendo-lhes, por isso, uma indiscutível dianteira na implantação, consolidação e dinamização das redes locais e regionais.

A existência de Arquivos Municipais fortes não significa, porém, que eles sejam pretensamente auto-suficientes, embora não falte quem por bairrismo, por "politiquice" primária ou por falta do mais elementar esclarecimento entenda o contrário. A sua interação com os Arquivos Distritais, as Universidades e o Órgão de Coordenação nacional deve ser cada vez mais reforçada e melhor articulada. É este ponto constitui para nós a chave do êxito de todos os esforços que se estão a fazer e se continuam fazendo em prol da Arquivística Municipal.

## ANEXOS

### 1

#### Protocolo de Cooperação entre a Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga e as Câmaras Municipais do Distrito

Considerando:

1. A recente criação do Instituto Português dos Arquivos (IPA), incumbido, entre outros fins, de implantar, a nível nacional, um sistema integrante e dinamizador das estruturas arquivísticas.
2. O papel-chave dos Arquivos Distritais dentro dessa “rede” interactiva de gestão, análise e permuta da massa documental.
3. A importância administrativa, histórica e cultural do património arquivístico concelhio do país e, em particular, do distrito de Braga.
4. A obrigatoriedade da salvaguarda, estudo e difusão desse valioso património, acrescida da inevitável avaliação dos circuitos, dos espólios, dos recursos humanos e técnicos e das infra-estruturas existentes.
5. A urgência no levantamento exaustivo dos acervos documentais (activos e inactivos), na sua rigorosa inventariação (classificação, ordenação e arrumação das espécies) e no indispensável registo informático.
6. A intrínseca vocação do Arquivo Distrital de Braga para as ditas tarefas e o óbvio interesse das Câmaras em que daí lhes advenham benefícios, quer do ponto de vista administrativo, quer cultural.

A Universidade do Minho, através do Arquivo Distrital de Braga, e as Câmaras Municipais do distrito decidem estabelecer entre si um Protocolo de cooperação, especificado por um Programa concreto e cujo objectivo essencial consiste na valorização e consequente apetrechamento de meios técnicos e humanos dos Arquivos Municipais, considerados globalmente nas suas três espécies: correntes, intermédios e históricos.

De acordo com um tal espírito o presente Protocolo não prejudica a autonomia e identidade dos Arquivos Municipais existentes, que continuarão na exclusiva dependência e orientação, designadamente quanto ao local, das respectivas Câmaras Municipais.

Do mesmo modo fica estabelecido que todos os registos, microfilmagem e consultas que o ADB pretenda efectuar nos Arquivos Municipais ou outros na dependência dos Municípios, terão de ser realizadas na sede desses arquivos, não tendo por isso o ADB o direito de entrar na posse, ainda que transitória, de quaisquer desses documentos.

As duas entidades envolvidas neste Protocolo definem entre si os seguintes DEVERES e RESPONSABILIDADES:

1. O ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, através do seu Gabinete de Apoio aos Arquivos Municipais, Particulares e Outros (G.A.M.P.O.):  
Prestar toda a orientação técnica necessária durante o processo organizativo dos Arquivos Municipais;  
Instituir no distrito o sistema ou “rede” de intercâmbio e de comunicação informática dos Arquivos Municipais entre si e deles com o A.D.B., conectando-o ao sistema nacional, que tem no I.P.A. o seu natural vértice;  
Preparar e custear a edição do “Roteiro das Fontes dos Arquivos da Administração Regional e Local do Distrito de Braga”, bem como de outros textos referentes à totalidade ou a parte dos Arquivos Municipais;  
Assegurar a manutenção e continuidade do sistema com vista à exploração plena de todas as suas reais possibilidades;  
Sugerir e promover encontros e cursos regulares de formação técnico-profissional com a imprescindível participação de certas entidades, nomeadamente da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas Portugueses.

2. As CÂMARAS MUNICIPAIS DO DISTRITO (Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde):

Proporcionar, *in loco*, todas as condições básicas, que proporcionem a eficácia e consistência da intervenção técnica do A.D.B./G.A.M.P.O. Suportar encargos do A.D.B./G.A.M.P.O. pelo período de três anos, contados a partir de 1 de Janeiro de 1989, mediante uma comparticipação mensal distribuída por três escalões: no 1º incluem-se a C. M. de Braga e a C. M. de Guimarães, cabendo-lhes um donativo maior, devido por um lado à sua importância administrativa, histórica e sócio-económica e por outro à sua, por enquanto, limitada auto-suficiência técnico-arquivística; no 2º as C. M. de Amares, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho e Vila Verde, em virtude do elevado grau de intervenção técnica que o A.D.B./G.A.M.P.O. tem de fazer nos respectivos Arquivos; e no 3º a C. M. de Barcelos, a C. M. de Esposende e a C. M. de Vila Nova de Famalicão, a que corresponde um montante menor porque dispõem de razoável auto-suficiência técnico-arquivística, tendo avançado com a organização dos seus Arquivos Históricos, antes do A.D.B. ter desenvolvido a sua presente acção em prol dos Arquivos Municipais.

Cláusulas Suplementares:

1. O Conselho de Autarcas, constituído pelos Presidentes das Câmaras ou pelos seus representantes, reunirá dentro de trinta dias, contados a partir da presente data, para debater e aprovar as soluções técnicas mais adequadas de afectação e consumo das verbas envolvidas.
2. Em Janeiro de 1992 será renegociada a matéria deste Protocolo pelas mesmas entidades agora contratantes.

Braga II de Novembro de 1988

Pela UNIVERSIDADE DO MINHO — O Reitor  
Pelas CÂMARAS MUNICIPAIS — Os Presidentes  
de Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto,  
Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa  
de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho,  
Vila Nova de Famalicão e Vila Verde

Anexo a este Protocolo - Programa

Resenha Histórica do Processo

A partir de Dezembro de 1987, o Arquivo Distrital de Braga começou a divulgar pelo Governo Civil e Câmaras Municipais do respectivo distrito o projecto da edição de um “Roteiro das Fontes dos Arquivos da Administração Regional e Local do Distrito de Braga”.

No texto de apresentação do projecto pediu-se às entidades visadas apoio “logístico” e financeiro para a publicação do Roteiro. Houve, também, o cuidado de informar o Grupo de Trabalho de Arquivos da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, bem como os Professores Doutores José Matoso e António Manuel Hespanha, da Comissão de Reinstalação da Torre do Tombo.

A resposta foi, de uma maneira geral, francamente positiva, desencadeando-se de imediato uma acção simultânea de organização dos Arquivos ditos Históricos na quase totalidade das Câmaras Municipais contactadas. Pretendia-se, assim, proceder ao inventário exaustivo e rigoroso dos diversos espólios documentais e publicá-lo de seguida.

O estado caótico da maioria dos Arquivos, a falta de pessoal especializado adstrito às tarefas organizativas, a inexistência de um Quadro Classificativo único, os escassos recursos humanos e financeiros do A.D.B. foram alguns dos factores que contribuíram decisivamente para entrar o processo iniciado e obrigaram a repensar as bases em que ele se deveria estabelecer.

Volvidos cerca de seis meses após a enunciação do projecto, a equipa responsável pelo Roteiro acabou por reconhecer que a situação encontrada exigia medidas de fundo eficazes. Tornou-se, então, evidente a necessidade de criar, no âmbito do A.D.B., uma estrutura - O Gabinete de Apoio aos Arquivos Municipais, Particulares e Outros (G.A.M.P.O.) - capaz de promover o tratamento arquivístico em todo o distrito e garantir a possibilidade do acesso, em rede única, a vasta documentação organizada, ou seja, pôr ao conhecimento de todos o que a todos realmente interessa.

O bom sucesso desta iniciativa (decalcada, aliás, dos princípios norteadores do recém-criado Instituto Português dos Arquivos, I.P.A.)

depende da concretização do programa, que aqui se apresenta e que compreende os seguintes:

**Objectivos:**

1. Criação de uma rede informática única, que facilite a consulta da documentação entre os treze concelhos e entre eles e o A.D.B., onde se encontram documentos com particular interesse para os Municípios: os Tombos das Freguesias, contendo a descrição da área e limites.
2. Adopção de um Quadro Classificativo único para a documentação dos Arquivos Municipais (*Correntes* e *Históricos*).
3. Apoio técnico sistemático aos Arquivos Municipais prestado pelo A.D.B. através de deslocações regulares do seu pessoal especializado e implementação da Portaria nº 503/86 de 9 de Setembro.
4. Formação contínua, mediante cursos e seminários, para os funcionários das Câmaras adstritos aos Arquivos. Será promovida em estreita colaboração com a BAD.
5. Publicação dos instrumentos de pesquisa e documentação significativa existente nos diversos Arquivos Municipais, graças ao contributo indispensável do Centro de Informática do A.D.B.
6. Dar a conhecer, mediante actividades de Animação Cultural, o passado colectivo e individual da região envolvida no projecto, divulgando-o e difundindo-o com os meios áudio-visuais e novas tecnologias.

**Prazo para a concretização da 1ª Fase destes Objectivos:**

3 anos a partir de 1 de Janeiro de 1992.

**Encargos cobertos pela participação de cada Câmara:**

1. Fornecer o equipamento necessário para a montagem da rede informática anunciada no ponto 1 dos Objectivos.
2. Prestação do apoio técnico regular no ponto 2.
3. Formação técnica contínua enunciada no ponto 4.
4. Custear as publicações previstas no ponto 5 e as iniciativas de Animação Cultural referidas no ponto 6.

**Protocolo de Cooperação entre a Universidade do Minho  
Arquivo Distrital de Braga e as Câmaras Municipais do Distrito**

Em 11/11/1988 foi assinado um Protocolo de Cooperação entre a Universidade do Minho/Arquivo Distrital de Braga e as Câmaras Municipais do Distrito, cuja finalidade essencial “*consistia na valorização e conseqüente apetrechamento de meios técnicos e humanos dos Arquivos Municipais*”.

Embora não tenham sido alcançados alguns dos objectivos enunciados, os resultados obtidos justificaram plenamente a realização daquele Protocolo.

A experiência adquirida ao longo destes anos por todos os intervenientes, os esforços desenvolvidos pelo Núcleo de Apoio aos Arquivos Municipais (N.A.M.) e o empenhamento directo das treze Autarquias constituem uma base segura para a redefinição de um novo projecto de trabalho.

Assim:

Considerando a importância do património arquivístico dos Municípios do Distrito de Braga e as funções dos Arquivos Municipais na preservação, valorização e divulgação desse património.

Considerando as funções do Arquivo Distrital de Braga como Unidade Cultural da Universidade do Minho e como nó coordenador da rede nacional de Arquivos, nomeadamente nas áreas de formação profissional, apoio técnico e divulgação de informação;

Considerando que se encontra criada a estrutura orgânica do Núcleo de Apoio aos Arquivos Municipais, a qual já deu provas no respeitante à capacidade de execução e de intervenção técnico-arquivístico;

Considerando que o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Apoio aos Arquivos Municipais se encontra bastante adiantado, especialmente nos Arquivos de menor dimensão;

Assim:

As duas entidades envolvidas neste Protocolo, a Universidade do Minho, através do Arquivo Distrital de Braga, e as Câmaras Muni-

pais do Distrito acordam entre si quanto à revisão prevista na cláusula suplementar nº 2 do Protocolo de 11/11/1988, passando os DEVERES e RESPONSABILIDADES estabelecidos naquele documento a ter a seguinte redacção:

1. o ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, através do Núcleo de Apoio aos Arquivos Municipais, compromete-se a:

Prestar orientação técnica arquivística ao processo organizativo dos Arquivos Municipais, segundo os quadros classificativos já iniciados;

Prestar apoio técnico de consultadoria relativamente às instalações dos Arquivos Municipais;

Enviar aos Arquivos Municipais as publicações e documentos técnicos produzidos pelo Arquivo Distrital de Braga;

Apoiar a publicação de inventários e roteiros dos Arquivos Municipais;

Estudar a criação de uma futura rede de Arquivos Municipais;

Promover actividades culturais e divulgar os fundos documentais dos Arquivos Municipais;

Sugerir e promover encontros e cursos regulares de formação técnico-profissional com a imprescindível participação de certas entidades, nomeadamente a Associação Portuguesa de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas;

2. As CÂMARAS MUNICIPAIS DO DISTRITO (Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde) comprometem-se a:

Proporcionar, in loco, as condições básicas que possibilitem a eficácia e consistência da intervenção do A.D.B./N.A.M.;

Participar em projectos e realizações de interesse e vantagem mútua;

Suportar as despesas com a publicação de roteiros e inventários, ou de outras iniciativas culturais que, no âmbito deste Protocolo, individual ou colectivamente, decidem realizar.

Cláusulas especiais:

1. As partes entendem que o apoio técnico na presente revisão do Protocolo de Cooperação deverá ser assegurado por especialistas com vínculo profissional à U.M./A.D.B., pelo que limitam a um período de dois anos, contado a partir da presente data, a comparticipação mensal das Câmaras Municipais do Distrito destinada a suportar os encargos relativos ao vencimento e ajudas de custo para deslocações de um Técnico Superior indispensável à prossecução do trabalho em curso nos vários Arquivos Municipais;
2. Durante o período fixado na cláusula precedente o Técnico Superior continuará a ser contratado pela Câmara Municipal de Braga;
3. A Câmara Municipal de Braga receberá das restantes a prestação mensal fixada em documento próprio e destinada a cobrir o vencimento de um Técnico Superior, mais as ajudas de custo para deslocações;
4. Findo o período transitório de dois anos previsto no presente Protocolo de Cooperação as Câmaras Municipais deixarão de suportar os encargos com o vencimento do Técnico Superior, podendo vir a ser objecto de negociação específica com cada Câmara Municipal eventuais encargos de deslocações do Técnico Superior do A.D.B./N.A.M. de acordo com as necessidades então existentes;
5. O presente Protocolo será revalidado anualmente em reunião das partes, convocada pela U.M./A.D.B. para esse fim e ainda para a apresentação e eventual aprovação do Relatório das actividades desenvolvidas e a desenvolver.

Braga, 23 de Abril de 1992

Pela Universidade do Minho — o Vice-Reitor  
Pelas Câmaras Municipais — os Presidentes  
de Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto,  
Celorico de Basto, Esposende, Póvoa de Lanhoso,  
Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova  
de Famalicão e Vila Verde

3

**Proposta de Criação dos Cadernos de Estudos Municipais  
no âmbito do Protocolo de Cooperação  
renegociado em 23 de Abril de 1992  
entre o Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho  
e onze Câmaras Municipais**

1. Durante algum tempo discutiu-se, no interior do Núcleo de Apoio aos Arquivos Municipais-Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho (N.A.M.-A.D.B./U.M.), a eventual edição de uma publicação em série, capaz de se tornar um útil instrumento de apoio não só à actividade arquivística com incidência municipal, mas também à actividade administrativa e à gestão autárquica. Vencidas as dúvidas e as críticas iniciais, estamos hoje convencidos de que através de uma publicação com a forma de cadernos monográficos, vocacionada para o estudo e levantamento dos temas e questões respeitantes ao municipalismo em todas as suas múltiplas e ricas facetas, poder-se-á, certamente, instaurar uma prática interdisciplinar, envolvendo arquivistas, historiadores, cientistas da administração e juristas. Prevê-se, assim, um importante salto qualitativo no processo de cooperação estabelecido entre o Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho e as Câmaras Municipais do Distrito.

2. Com vista à concretização deste desiderato, propomos que os **Cadernos de Estudos Municipais** a publicar sejam orientados por uma Direcção científica homologada pela Reitoria da Universidade do Minho.

Para a composição desta estrutura recomenda-se que seja dada preferência a docentes e investigadores da U.M., ligados às áreas histórico-institucional e jurídico-administrativa e sensíveis à problemática arquivística. Concretizando, sugere-se que a Direcção científica proposta compreenda, no máximo, três elementos e adianta-se que se encontram disponíveis para colaborar nesta iniciativa o Professor Doutor José Viriato Capela, investigador de História das Instituições (sécs. XVIII-XIX) com um assinalável currículo neste domínio, o Professor Doutor António Cândido de Oliveira, reconhecido especialista

no campo da Administração Pública e ainda o subscritor da presente proposta<sup>10</sup>.

À Direcção científica competirá escolher e programar o elenco dos sucessivos Cadernos publicáveis. A edição destes será coordenada pelo Responsável do A.D.B. e financiada pelas Câmaras Municipais envolvidas no Protocolo de Cooperação Técnica e eventualmente por outras entidades.

Braga, 17 de Junho de 1992

4

**Sumário do N° 1 dos  
Cadernos de Estudos Municipais**

Apresentação

Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos

7

Arquivística

Proposta de Regulamento-Tipo para Arquivos Municipais

Maria João L. Calheiros de Carvalho

Armando B. Malheiro da Silva

9

Administração Local

A Organização Municipal Portuguesa:

Consolidação da Autonomia

António Cândido de Oliveira

39

História do Municipalismo

O Município Português no Horizonte da 1ª Reforma Liberal  
(Dimensão económica e viabilidade político-administrativa)

José V. Capela

75

Vária

93

<sup>10</sup> Armando Malheiro da Silva, Coordenador do N.A.M.